



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**REQUERENTE: VALMOR SIMAS JUNIOR**

Processo Licitatório: 6392/2021

Referente à:

**PREGÃO Nº 117/2021**

**DATA DA ABERTURA:** 29 de dezembro de 2021

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO:** PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO POR PRAZO DETERMINADO DE SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, EM AMBIENTE WEB, CONTEMPLANDO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO E ALTERAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS DE ACORDO COM A LEI, LOCAÇÃO DE SERVIDOR WEB (CLOUD) PARA HOSPEDAGEM DE SISTEMA E BANCO DE DADOS COM BACKUP, DISPONIBILIZAÇÃO DE LINK DE ACESSO AO SERVIDOR, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E LEGAL RELACIONADOS A CADA MÓDULO DE PROGRAMAS, COM ATENDIMENTO REMOTO E/OU LOCAL, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII E IX DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado de na modalidade *PREGÃO do tipo menor preço Global, para pronta contratação*, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 08/12/2021 e no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 09/12/2021, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA TEMPESTIVIDADE**

O pedido de impugnação foi feito pelo Sr. VALMOR SIMAS JUNIOR e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via e-mail em 23 de dezembro de 2021 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 09922/2021.

**DO PEDIDO**

Informa o Requerente que: “Ocorre que é patente a existência de ilegalidades no bojo do edital, ilegalidades essas que devem ser retificadas, a fim de que o pregão guarde relação direta com as leis e os princípios que norteiam o direito administrativo, em especial o da competitividade e o da proposta mais vantajosa para a Administração Pública”.

**PRIMEIRA ILEGALIDADE – Violência ao Direito de Recorrer e Impugnar o Edital**

Verifica-se no Subitem 14.4 do Projeto Básico a previsão de que as impugnações e os recursos sejam protocolizados apenas por meio físico, bem como, aponta o endereço residencial onde

deverão ser protocoladas impugnações e pedidos de esclarecimentos, conforme itens 14.4 e 14.1 do edital.

De acordo com o Requerente, “a previsão em edital que exija protocolo de tais documentos somente na forma física (presencial) macula o direito à ampla defesa e ao contraditório, restringindo demasiadamente a possibilidade de participação de possíveis interessados no certame, principalmente daquelas pessoas que estão fisicamente distantes”.

Faz referência a Constituição Federal, a Súmula do TCU, além de informar que o não recebimento da presente impugnação, uma vez que “o seu não recebimento importará em grave afronta aos princípios da ampla defesa e do contraditório, basilares do Estado Democrático de Direito”.

### **SEGUNDA ILEGALIDADE – Ausência de Disposições sobre Proteção de Dados**

De acordo com o Requerente, “o referido edital não dispõe sobre a Política de Segurança e Informação, aspecto crucial” (...), Deve-se atentar que a Proteção de Dados, vai além da segurança da informação, pois além de se buscar que as informações estejam seguras e resguardadas de eventuais vazamentos, também há uma preocupação de que os titulares destas informações tenham o controle sob seus dados. Além disto, não podemos esquecer que a República Federativa do Brasil possui legislação própria em vigor acerca do tema, trata-se da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18)”. Informa, ainda, que a “a LGPD impacte diretamente no objeto da presente licitação, haja vista que se trata da implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento e controle de margem razoável de dados, não se tem sequer a citação a referida Lei, sem ao menos prever qualquer disposição de como serão tratados estes dados ou quais procedimentos de segurança são exigidos das empresas”.

Continua o requerente em sua impugnação informando que de acordo com o subitem 4.2 em que há previsão de importação de dados do CAD SUS e do e-SUS APS, onde são importados dados de dois sistemas nacionais sem a menor preocupação com a segurança destes dados, além de no item 8 “esta prevista conversão dos dados existentes para o formato a ser utilizado pela empresa licitante, tratando-se assim de uma transferência integral dos dados de todos aqueles que já passaram por atendimento no âmbito do Município ou prestaram serviço para este Órgão, sem descrever através de uma linha sequer como será a transposição destes dados e de que maneira será garantida sua segurança”. Lembra, ainda, que a Lei Geral de Proteção de Dados prevê sanções administrativas, podendo ser aplicadas multas.

**É o relato resumidamente.**

### **DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, vem o requerente apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL COM SUSPENSÃO CAUTELAR referente ao Pregão Presencial nº 117/2021 em epígrafe, requerendo que seja o mesmo revisto e adequado às exigências legais<sup>1</sup>, possibilitando à Administração Pública a estrita observância dos princípios da economicidade, isonomia, competitividade e legalidade, bem como a primazia do interesse público.

Por consequência, é de rigor o estabelecimento de novo prazo para abertura da sessão, eis que as alterações aqui pleiteadas certamente afetarão diretamente a formulação das propostas. Assim, requer SUSPENSÃO imediata do certame, até julgamento definitivo do presente, a fim de que se evitem danos irreparáveis ou de difícil reparação ao Erário, bem como envio do presente pleito ao Ministério Público do Tribunal de Contas.

### **DO JULGAMENTO**

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, para análise e pronunciamento.

A impugnação foi respondida pelo órgão técnico da Secretaria Municipal de Saúde, através do Sr. Jeferson Gomes Machado, Técnico em Informática, matrícula 3374, conforme resposta em arquivo anexo.

Cabe ressaltar, que o parecer da Assessoria Jurídica é o seguinte; “Diante do contido na informação do Setor Técnico, opino por acatar a impugnação. Ao Setor Técnico para providências, após ao Setor de Licitações”.

Após uma leitura criteriosa dos questionamentos levantados pelo Requerente essa Pregoeira informa que:

Em relação a primeira ilegalidade – Violência ao Direito de Recorrer e Impugnar o Edital, informo que o pedido foi acatado, sendo as alegações do Requerente atendidas, mesmo porque como disse o Sr. Valmor “Os meios de comunicação virtuais estão muito bem desenvolvidos e acessíveis a todos, facilitando de maneira ampla e definitiva a vida das empresas e dos cidadãos, não devendo, de forma alguma, ser desconsiderado pela Administração Pública em procedimentos licitatórios”.

Após esta impugnação os editais que não se encontravam publicados foram corrigidos. Somente os editais 01/2022 e 08/2022 não constam essa informação. Atualmente, se for verificado no portal da transparência (site: [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-134/con\\_licitacoes.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-134/con_licitacoes.faces)), os demais editais no item 14.4 contém a informação:

**14.4** - As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizadas através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no endereço informado no item 14.1, no horário das 9:30h as 16h, OU através do e-mail: [admlicitriopreto@gmail.com](mailto:admlicitriopreto@gmail.com) (as solicitações feitas por meio eletrônico só serão efetivadas mediante confirmação de recebimento do e-mail). (...).

Em relação a segunda ilegalidade – Ausência de Disposições sobre Proteção de Dados, esta Pregoeira informa que baseia-se no Termo de Referência para a confecção do edital. No termo em questão não havia referência a Lei nº 13.709/2018, fazendo com que não constasse no edital a mesma. Diante da impugnação, como já informado acima o processo foi enviado ao órgão solicitante para pronunciamento e esclarecimento em 27/12/2021, retornando o processo para esta Secretaria somente em 21/03/2022. A resposta será escaneada e anexada a esta decisão, sendo a mesma acatada pela Secretaria Municipal de Saúde e consequentemente, pela Pregoeira.

Considerando que essa Pregoeira entende que os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa

para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

### **DA DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira, e do entendimento do órgão técnico da Secretaria Municipal de Saúde, através do Sr. Jeferson Gomes Machado, Técnico em Informática, matrícula 3374, bem como, parecer da Assessoria Jurídica, defiro o pedido feito pelo Sr. **VALMOR SIMAS JUNIOR**, razão pela que o edital foi suspenso “sine die” e o Pregão será remarcado em data oportuna. Informo que como o Pregão não se deu no exercício de 2021, será remarcado para o exercício de 2022 com nova numeração. Dê ciência ao Requerente, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, enviando o presente processo para autoridade superior, o Exmo. Senhor Prefeito para deliberação.

São José do Vale do Rio Preto, em 23 de março de 2022

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
*Pregoeira*